



RELATÓRIO

DIÁLOGOS AUTOQUESTIONADOS

PARA A COP30

VOZES DOS MESTRANDOS E
DOUTORANDOS DA DISCIPLINA DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO,
SOCIEDADE E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL DA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA



Pré-COP 30
na UnB

PPGDSCI | Ceam | UnB

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional



APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO

O diálogo, em perspectiva freiriana, constitui-se como um ato político, ético e amoroso, por meio do qual as pessoas se reconhecem como inacabadas e, portanto, abertas à aprendizagem e à transformação coletiva. Diálogos autogestionados em sala de aula de pós-graduação sobre mudanças climáticas é uma proposta que rompe com a lógica transmissiva de uma educação ambiental, situando o diálogo como prática de libertação e de construção compartilhada de propostas concretas, novos conhecimentos e reconhecimentos, em uma ambiência em que docentes e estudantes aprendem e ensinam em comunhão.

Nesse horizonte, especialmente em tempos de crises sociais e climáticas, o diálogo revela-se como estratégia formativa e política capaz de sustentar reflexão crítica e protagonismo. A experiência vivida em sala de aula evidencia essa potência do diálogo freiriano como prática de resistência e de reinvenção do mundo como o queremos. Os diálogos inspirados nas propostas de Conferências Livres afirmam o coletivo como chão enraizador para uma reconstrução da educação popular pela interação da teoria e prática, de fortalecimento das subjetividades e de ampliação da consciência crítica de um projeto de sociedade pensado a partir da defesa da vida e da biodiversidade do planeta.

Este relato de experiência apresenta uma prática pedagógica realizada na disciplina "Políticas Públicas para o Desenvolvimento", oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (PPGDSCI-CEAM-UnB). Inspirada pelo processo do Balanço Global Ético e pela agenda rumo à COP30, a proposta se estrutura por um ciclo de Diálogos Autogestionados com foco na saúde do planeta. Objetiva-se aproximar conteúdos acadêmicos de processos concretos de participação social, exercitando competências de deliberação, negociação e formulação de propostas em torno da sustentabilidade, da justiça social e da cidadania climática.

Ficha técnica

Dinâmica "Conferência Livre"

Dinâmicas: leituras e diálogos circulares, dinâmicas na modalidade Conferência Livre, identificação de propostas segundo eixos temáticos, deliberação em plenária, confecção de relatório dos diálogos autogestionados, segundo propostas das docentes da disciplina.

Espaço que ocorreu: sala de aula da disciplina Políticas Públicas para o Desenvolvimento do programa de Pós-Graduação Sociedade, Desenvolvimento e Cooperação Internacional - PPGDSCI do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM da Universidade de Brasília - UnB.

Período das reuniões: de 17 a 24 de setembro de 2025.

Tempo dedicado: duas aulas de 4h, 8h ao total.

Quantidade de pessoas envolvidas: 39 pessoas entre público interno de docentes e discentes e público externo com convidados dos movimentos sociais.

Resultados: construção de 4 eixos com propostas elaboradas pelos estudantes, a partir de suas vivências, leituras e compreensão do tema das mudanças climáticas e biodiversidade no cotidiano da realidade brasileira.

Participantes da dinâmica

Docentes da Disciplina



Profa Dra.
Leides Barroso
Azevedo Moura

Categoria profissional: Professora Associada do Departamento de Enfermagem e do PPGDSCI da Universidade de Brasília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Envelhecer Cotidiano
Titulação: Doutorado
Instituição de origem: Universidade de Brasília
e-mail: leidesm74@gmail.com



Profa Dra.
Grasielle Silveira
Tavares

Categoria profissional: Professora Adjunta do curso de Terapia Ocupacional e do PPGDSCI da Universidade de Brasília. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Envelhecer Cotidiano
Titulação: Doutorado
Instituição de origem: Universidade de Brasília
e-mail: grasiellet@yahoo.com.br



Profa Dra.
Máira Rocha
Santos

Categoria profissional: Professora Pesquisadora CEAM - UnB e Professora da Comunicação e Gestão IESB DF. Pesquisadora colaboradora do Grupo de Pesquisa Envelhecer Cotidiano
Titulação: Doutorado
Instituição de origem: Universidade de Brasília/ IESB
e-mail: rpmaira@gmail.com.br

Convidado



Jairo de Souza
Júnior

Licenciatura em Física e Matemática, Administrador Escolar e Educador Político Social em Gerontologia. Coordenador do Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Membro do Grupo de Pesquisa Envelhecer Cotidiano

Participantes da dinâmica

Vozes dos mestrandos e doutorandos da Disciplina de Políticas Públicas para o Desenvolvimento do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília

Eixo 1 - Universidades Sustentáveis

1. José Aurenir Souza dos Santos
2. Katia Maria da Silva
3. Paulo Nicholas de Freitas Nunes
4. Pedro Henrique Rocha Lopes
5. Renan Freitas da Silva

Eixo 2 - Governança e Regulação

1. Adelson Felizardo da Silva Junior
2. Anderson José Sant' Anna de Oliveira
3. Carla Gama Lustosa
4. Eduardo Tavares
5. Elizabete Ana Bonavigo
6. Flora Carvalho de Oliveira e Freitas Fonseca
7. Isadora Gomes da Silveira
8. Kelly Cristina Fernandes Augusto
9. Luís Guilherme Izycki
10. Marina Dias Portella
11. Susiane de Santana Moreira Oliveira da Silva
12. Wilson Alves Borba Junior

Eixo 3 - Educação Ambiental e Cidadania

1. Barbara Nunes de Araujo Modesto
2. Beatriz Neves da Silva
3. Gabriel Corrêa Borges
4. Ilton Garcia dos Santos Silveira
5. João Paulo Antonini
6. Marcelo Mafra Leal
7. Michelle de Menezes Carlos
8. Milena Pires de Medeiros
9. Priscila Bearzi Ramalho
10. Rosivânia Pimentel Américo
11. Simone Poch Vieira Palma

Eixo 4 - Cidades Inclusivas e Justiça Social

1. Charles Sérgio Inácio
2. Cristina de Fátima Guimarães
3. Eliani de Moraes Santos
4. Farah Adjalova
5. Gilmar Severino Lucena de Souza
6. Marcos Robério Ferreira
7. Simone Braga Farias



METODOLOGIA

Metodologia: o diálogo autogestionado como prática coletiva

A metodologia foi concebida como um processo dialógico e participativo no tema do desenvolvimento e educação participativa (Freire, 1996; Santos, 2000; Moura, 2013) e construção de saberes pós-colonial (Mignolo, 2003; Araújo et al 2023), estruturada em quatro momentos interdependentes, orientados pela articulação entre formação crítica, produção coletiva de conhecimento e exercício de cidadania climática. No primeiro momento, de caráter preparatório, os(as) estudantes realizaram leituras dirigidas sobre governança climática, sustentabilidade e crítica ao modelo de desenvolvimento baseado na economia neoliberal, além de assistirem ao documentário Clima de Risco. Essa etapa visou contextualizar as desigualdades socioambientais e estimular a reflexão sobre alternativas ao paradigma econômico dominante, favorecendo a elaboração inicial de minutas de propostas voltadas a públicos de referência, a saber, povos tradicionais, juventudes, pessoas idosas, entre outros.

No segundo momento, as propostas foram apresentadas, debatidas e reorganizadas coletivamente, em um exercício de diálogo deliberativo que permitiu a identificação de convergências e a definição dos eixos de trabalho. No terceiro, os grupos desenvolveram suas reflexões e formulações de propostas em torno de quatro eixos temáticos (Universidades Sustentáveis; Governança e Regulação; Educação Ambiental e Cidadania; e Cidades Inclusivas e Justiça Climática), priorizando a análise das condições políticas e institucionais para a transição ecológica e a construção de um modelo de desenvolvimento centrado na vida, na justiça e na solidariedade. Finalmente, no quarto momento, as propostas resultantes foram sistematizadas, apresentadas e votadas em plenária segundo modalidade Conferência Livre, culminando na produção de um relatório-síntese encaminhado a representantes de movimentos sociais e atores com participação confirmada na COP30 e coletivos da cidade. Tal percurso configurou um exercício formativo de democracia deliberativa, em que o diálogo foi mobilizado como instrumento pedagógico e político de enfrentamento às lógicas de mercantilização da natureza e de fortalecimento da cidadania climática.

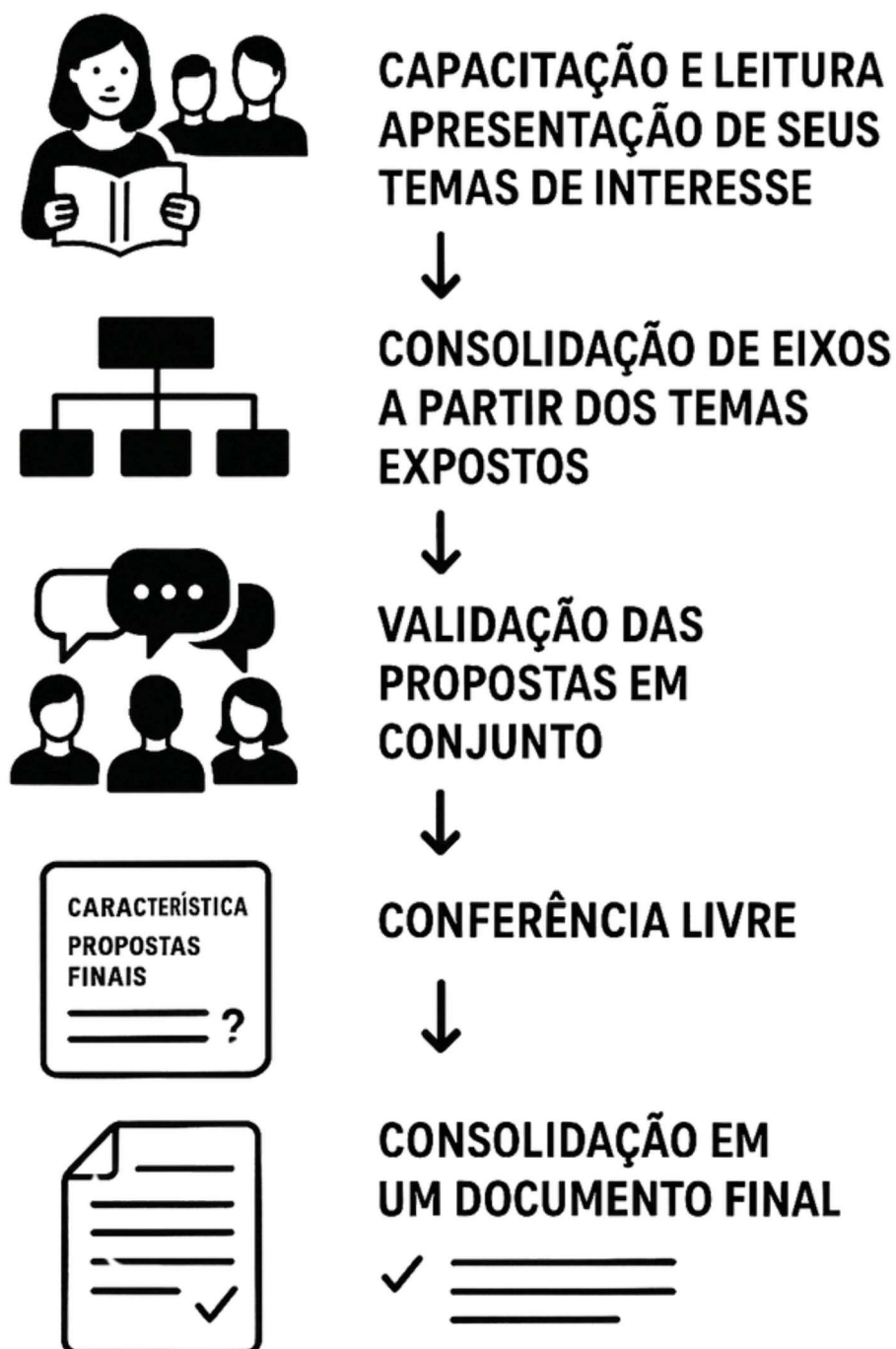
Ressalta-se que o exercício pedagógico foi estruturado a partir de cinco perguntas-chave destinadas a provocar reflexões éticas, críticas e contextualizadas sobre os desafios socioambientais contemporâneos: (1) de que maneira tradições culturais e espirituais podem ensinar formas de viver em maior equilíbrio com a natureza? (2) como a diversidade pode mobilizar diferentes atores sociais em prol de mudanças justas e éticas? (3) por que frequentemente ignoramos ou negamos evidências científicas e saberes tradicionais acerca da crise climática? (4) quais fatores sustentam a persistência de modelos de produção e consumo prejudiciais aos grupos mais vulneráveis e desalinhados com a meta da Missão 1,5°C? (5) que estratégias podem acelerar a transição dos países mais ricos, grandes produtores de combustíveis fósseis, assegurando apoio financeiro aos mais vulneráveis?

Esse conjunto de provocações funcionou como eixo transversal ao longo dos diálogos, permitindo aos estudantes conectar experiências locais, dilemas globais e práticas de governança participativa. A abordagem conferiu autonomia aos estudantes, que puderam selecionar os temas de interesse e identificar as perguntas motivadoras mais alinhadas às suas escolhas, transformando a sala de aula em um laboratório de experimentação de políticas públicas ambientais críticas, colaborativas e reflexivas.

Todas as etapas das atividades em sala de aula (Figura 1) foram conduzidas em conformidade com o formato metodológico das Conferências Livres, assegurando a vivência integral de uma ferramenta política de participação e controle social reconhecida nas políticas públicas brasileiras. A adoção desse formato teve como propósito proporcionar aos(as) estudantes não apenas o domínio conceitual, mas a experiência prática dos mecanismos de deliberação e de construção coletiva de agendas públicas, aproximando-os(as) do funcionamento democrático que articula governo e sociedade civil organizada.

Ao reproduzir as etapas de preparação, debate, sistematização e plenária deliberativa, a proposta permitiu compreender o potencial das conferências como espaços instituintes de diálogo, negociação e incidência política, fortalecendo competências relacionadas à escuta qualificada, à formulação de propostas e à avaliação crítica das políticas socioambientais.

figura 1 - Passos do diálogo autogestionado



Fonte: Metodologia desenvolvida pelas docentes da disciplina inspirada nos diálogos autogestionados e nas etapas de uma Conferência Livre

Alguns registros do processo dos Diálogos Autogestionados e da Conferência Livre

Etapas

CAPACITAÇÃO E LEITURA
APRESENTAÇÃO DE SEUS TEMAS DE INTERESSE
↓
CONSOLIDAÇÃO DE EIXOS A PARTIR DOS TEMAS EXPOSTOS
↓
VALIDAÇÃO DAS PROPOSTAS EM CONJUNTO



Alguns registros do processo dos Diálogos Autogestionados

Etapas

CONFERÊNCIA LIVRE



CONSOLIDAÇÃO EM UM DOCUMENTO FINAL
(CARACTERÍSTICAS, PROPOSTAS FINAIS E UMA DAS PERGUNTAS RESPONDIDAS)



SÍNTESE DOS RESULTADOS POR EIXO



EIXO 1 - Universidades Sustentáveis



Participantes do Eixo 1

EIXO 1 - Universidades Sustentáveis

O grupo partiu da premissa de que as universidades podem funcionar como laboratórios vivos de sustentabilidade, articulando-se como modelos de cidades sustentáveis e como espaços de experimentação de políticas ambientais replicáveis para outros setores da sociedade. A Universidade de Brasília (UnB) foi utilizada como estudo de caso, considerada não apenas como instituição de ensino, mas como ecossistema urbano capaz de integrar inovação tecnológica, eficiência energética e gestão participativa.

Duas propostas principais foram aprovadas:

- **UnB 100% Sustentável:** propôs-se a expansão do programa de energia solar já existente por meio da criação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), viabilizando a instalação de painéis fotovoltaicos em diversos campi. A iniciativa pretende suprir integralmente a demanda energética da universidade, utilizando o excedente para projetos sociais. O diferencial da proposta reside na reaplicação dos recursos economizados em projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados à transição energética e à formação de especialistas em tecnologias limpas.
- **Gestão de Resíduos Sólidos nos Campi:** sugeriu-se o aprimoramento do sistema de gestão de resíduos, incluindo a criação de depósitos subterrâneos para lixo orgânico e reciclável, reduzindo a presença de vetores urbanos e fortalecendo a educação ambiental por meio de campanhas de conscientização e estímulo à coleta seletiva.

EIXO 1 - Universidades Sustentáveis

Quanto à mobilização de pessoas, lideranças e corporações para mudanças éticas e justas frente à crise climática, o grupo defendeu a necessidade de colaboração entre universidades, setor privado e governos, com foco em modelos híbridos de financiamento e comunicação cidadã. Nesse contexto, a UnB, como instituição pública de referência, pode atuar como vitrine de boas práticas sustentáveis, aproximando pesquisa aplicada e formulação de políticas, ao mesmo tempo em que amplia o engajamento de comunidades acadêmicas e empresariais. Ressaltou-se, ainda, o papel das PPPs na criação de redes de corresponsabilidade climática, fundamentadas em princípios de transparência, participação e inovação social.

EIXO 2 - Governança e Regulação



Participantes do Eixo 2

EIXO 2 - Governança e Regulação

O grupo destacou a importância da governança global, multisetorial e participativa na implementação efetiva dos acordos climáticos, em especial no contexto da COP30, marcada como a “COP da implementação”. O grupo propôs mecanismos concretos de monitoramento, transparência e democratização das informações sobre projetos de mitigação e adaptação climática, com ênfase na responsabilização compartilhada entre governos, setor privado e sociedade civil.

As propostas aprovadas consistiram na criação do Observatório Global de Projetos de Resiliência e Mitigação Climática, um repositório digital georreferenciado que reuniria informações sobre iniciativas brasileiras e internacionais. O Observatório funcionaria como um hub de dados e centro de gestão do conhecimento, permitindo acesso público interativo e em tempo real. Os principais focos incluíram: sistemas alimentares e agricultura familiar; gestão de recursos hídricos; mecanismos inovadores no mercado de carbono; participação social e gestão compartilhada; compras públicas sustentáveis e transição energética justa; formação de gestores públicos; e inclusão digital e longevidade.

O grupo enfatizou que a mobilização ética de pessoas e nações exige responsabilidade compartilhada e mecanismos de prestação de contas, com o Observatório funcionando como ferramenta de controle social e diplomacia climática. Valores como transparência, uso de evidências, acessibilidade, justiça social e democratização do conhecimento foram ressaltados, reafirmando a centralidade da comunicação cidadã e da formação informada como base da governança climática.

EIXO 3 - Educação Ambiental e Cidadania



Participantes do Eixo 3

EIXO 3 - Educação Ambiental e Cidadania

O coletivo enfocou a educação ambiental intergeracional, buscando articular saberes científicos e tradicionais para fortalecer práticas sustentáveis no cotidiano das comunidades. O grupo destacou a necessidade de integrar dimensões territoriais, culturais e ancestrais, reconhecendo a diversidade etnorracial, geracional e de gênero como fundamentos de políticas educativas climáticas inclusivas. Duas propostas foram aprovadas:

-Fóruns intersetoriais de mudança climática: criação de espaços permanentes de diálogo entre educação, saúde e assistência social, promovendo ações educativas intergeracionais envolvendo juventudes, pessoas idosas, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Os fóruns atuariam como canais de escuta, aprendizado e co-criação de soluções locais, fortalecendo a representação de grupos historicamente invisibilizados nas decisões climáticas.

- Programas de educação ambiental cotidiana: implementação de programas municipais voltados ao consumo consciente e de baixo impacto ambiental, incluindo hortas urbanas, reciclagem doméstica e mutirões comunitários, articulando educação e prática social.

As perguntas centrais deste eixo abordaram a mobilização de lideranças diversas e a relevância de tradições culturais no equilíbrio com a natureza. O grupo destacou a troca intergeracional como prática de reconexão entre seres humanos e ecossistemas, valorizando saberes quilombolas e indígenas, festividades religiosas, mutirões e hortas coletivas. Campanhas educativas, desafios corporativos de sustentabilidade e redes de cooperação internacional foram indicados como estratégias para consolidar a educação ambiental como política pública contínua, reforçando que a sustentabilidade depende de vínculos afetivos, comunitários e culturais, e não apenas de metas técnicas.

EIXO 4 - Cidades Inclusivas e Justiça Social



Participantes do Eixo 4

EIXO 4 - Cidades Inclusivas e Justiça Social

Os estudantes abordaram a justiça climática urbana, articulando ações de base comunitária e o uso de tecnologia social para fortalecer a resiliência das cidades. As propostas integraram intervenções emergenciais e estruturais, considerando simultaneamente sustentabilidade ambiental, inclusão social e economia verde.

Foram aprovadas duas iniciativas principais:

- **Brigadas climáticas comunitárias:** formação de grupos de moradores capacitados para atuar em situações de emergência, como enchentes, secas e queimadas. As brigadas promoveriam planejamento participativo de riscos, cooperação entre vizinhos e uso de ferramentas tecnológicas de monitoramento e alerta, fortalecendo protagonismo local e senso de pertencimento.
- **Sistemas inteligentes de coleta seletiva:** criação de uma rede nacional de coleta integrada, com sensores, aplicativos e logística otimizada, visando eficiência, geração de empregos verdes e educação ambiental. O sistema aproximaria tecnologia e cidadania climática, promovendo aprendizagem prática e participação comunitária.

As perguntas orientadoras enfocaram a mobilização ética de pessoas e corporações. O grupo destacou a importância da comunicação e da cultura como vetores de engajamento, propondo campanhas em mídias digitais, TV, cinema e ações artísticas (teatro, música, grafite) que valorizassem saberes locais e experiências inspiradoras. Os valores orientadores incluíram participação ativa, solidariedade, equidade social e ambiental, responsabilidade compartilhada e educação ambiental. A proposta evidencia que cidades sustentáveis requerem governança colaborativa, tecnologia inclusiva e justiça social territorializada, integrando ação comunitária e inovação como instrumentos de ação pública no monitoramento cidadão de políticas públicas de Estado.

APRENDIZADO E LIMITAÇÕES



APRENDIZADOS E LIMITES DA EXPERIÊNCIA

A experiência confirmou que formatos inspirados nas Conferências Livres constituem dispositivos pedagógicos potentes para a formação em políticas públicas e cidadania climática. Ao longo dos quatro eixos (Universidades Sustentáveis, Governança e Regulação, Educação Ambiental e Cidadania, e Cidades Inclusivas e Justiça Social) observou-se o fortalecimento de competências analíticas, propositivas e colaborativas, destacando-se a capacidade dos(as) estudantes de articular diagnóstico, negociação e deliberação sobre problemas concretos.

O arranjo em eixos temáticos ampliou a pluralidade de olhares e contextos, evitando que uma única matriz explicativa predominasse. Cada grupo desempenhou um papel singular: o Eixo 1 evidenciou a aplicabilidade de soluções sustentáveis no âmbito universitário; o Eixo 2 traduziu princípios de governança global em instrumentos concretos de monitoramento e transparência; o Eixo 3 valorizou saberes tradicionais e metodologias intergeracionais como fundamento para uma educação ambiental transformadora; e o Eixo 4 aproximou a justiça climática das práticas comunitárias e tecnológicas de resiliência urbana.

A adoção de critérios simples e transparentes para avaliação e priorização das propostas, considerando viabilidade, impacto e justiça social, contribuiu para a construção de consensos qualificados. O papel docente como facilitador sem centralização de poder e como proponente de uma metodologia de diálogos autogestionados foi essencial para fomentar autonomia discente e responsabilidade coletiva, consolidando um ambiente horizontal de escuta, negociação e síntese.

APRENDIZADOS E LIMITES DA EXPERIÊNCIA

Do ponto de vista institucional, o encaminhamento externo das propostas, junto a representantes da universidade, da sociedade civil e a atores com presença confirmada na COP30, reforça a universidade como ator público nos ecossistemas de governança climática, proporcionando aos estudantes senso de propósito, pertencimento e incidência real.

Mais do que o produto, permanece o método: uma prática replicável, de baixo custo, sensível a contextos diversos e compatível com turmas heterogêneas. Limites identificados incluem a necessidade de maior tempo para estimar custos e indicadores, a oferta de suporte técnico para arranjos intersetoriais e a atenção contínua à horizontalidade das vozes, incluindo linguagem, tempos de fala e mediação cultural. Recomenda-se, para replicação da experiência: começar com “pequenas ideias” de alto impacto local; combinar curadoria de materiais com produção de minutas práticas; pactuar critérios de decisão desde o início; garantir tempo para escuta, síntese e devolutiva; e encaminhar propostas a atores reais, como movimentos sociais, gestores públicos e redes de governança.

Em termos de formação cidadã e política, a experiência evidencia que justiça climática e equidade territorial são horizontes que se constroem também na micropolítica da sala de aula. Quando o conhecimento se vincula à prática e ao diálogo, converte-se em ação pública e ética, permitindo que os(as) estudantes percorram todo o ciclo da política pública, do diagnóstico à decisão coletiva, da reflexão à transformação.

Referências

BEZERRA, Patrícia Araújo; CAVALCANTI, Pauline; MOURA, Leides Barroso Azevedo. Colonialidade e saúde: olhares cruzados entre os diferentes campos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 33, e33025, 2023.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MIGNOLO, Walter D. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid, Akal, 2003.

MOURA, Leides Barroso Azevedo. Ensinagens criativas em desenvolvimento: um relato de experiência. *Revista Perspectivas do Desenvolvimento: Um enfoque multidimensional*. Brasília, 1, 70-83, 2013. Acessível no link: <https://d-nb.info/1192043901/34>

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.



Pré-COP 30 na UnB



PPGDSCI | Ceam | UnB

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional

